



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO
EGRÉGIO TRIBUNAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

APELAÇÃO Nº 5007116-33.2018.4.04.7100

APELANTE: M.B.

APELADO: UNIÃO

RELATOR: Des. Fed. Dr. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

4ª TURMA

P A R E C E R

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO. REQUISITOS FORMAIS DA LEI N.º 10.826/2003. PREENCHIMENTO. RISCO DECORRENTE DA PROFISSÃO DE ADVOGADO. DEMONSTRAÇÃO. PELO PROVIMENTO DO APELO.

Excelentíssimos Senhores Julgadores:

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **M.B.** em face de ato do **DELEGADO CHEFE DA POLÍCIA FEDERAL EM PORTO ALEGRE/RS**, objetivando anular a decisão administrativa que lhe negou a autorização ao porte de arma de fogo. Aduziu que preenche todos os requisitos expostos na Lei n.º 10.826/2003, tendo, inclusive, sido ameaçado em decorrência do exercício de sua profissão.

Sobreveio sentença que denegou a segurança (evento 20) ao





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

fundamento de que os requisitos formais exigidos pela Lei n.º 10.826/2003 constituem-se em requisitos de admissibilidade para análise da Administração, a qual possui o poder discricionário de conceder ou não o porte de arma de fogo. Logo, a decisão proferida pela autoridade coatora não constitui ilegalidade, vez que o processo administrativo que fundamentou a decisão não apresentou qualquer violação aos preceitos constitucionais da legalidade e ampla defesa.

O impetrante interpôs recurso de apelação (evento 31) requerendo a reforma da decisão. Alegou que seu direito a autorização ao porte de arma de fogo está amparado pelo implemento de todas as exigências insculpidas na Lei n.º 10.826/2003, bem como apontou o alto índice de homicídios contra advogados.

Com contrarrazões, vieram os autos para parecer.

É o breve relato do feito.

FUNDAMENTAÇÃO

O apelante postula pela revisão da sentença por entender que o indeferimento da autorização de porte de arma de fogo violaria as disposições da Lei m.º 10.826/2003, bem como frisa a necessidade do porte em razão de ter sofrido a ameaça de um desconhecido.

Imprescindível realçar duas premissas para análise da presente demanda:

Primeiro, não existe ato da administração, a atingir a esferar do cidadão, que tenha vedação de análise jurisdicional, mormente no tocante à legalidade, e essa avaliação não implica em interferência nas deliberações da Administração Pública ou em afronta à divisão de competências e harmonia entre os Poderes da República pelo simples fato de existir o princípio da inafastabilidade da jurisdição que não pode ser autorizada sequer por lei, consoante dispõe o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal. Desta forma, havendo conflito de interesses resistido, existindo lesão ou ameaça a direito, o Judiciário, em face da existência de uma lide, pode ser acionado para intervir. Acrescentando ainda que, no Estado Democrático de Direito, nem mesmo o próprio ente estatal está isento de responsabilidade, haja vista a também previsão constitucional contida no § 6º do art. 37 da Lei Magna.

APEL. ADM. PORTE. 5007116-33.2018.4.04.7100.odt



Documento eletrônico assinado digitalmente por Jorge Luiz Gasparini da Silva

Procurador Regional da República - Processo: 50071163320184047100

Procuradoria Regional da República - 4ª Região - www.prr4.mpf.mp.br

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 – CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

A segunda premissa para avaliação dessa demanda encontra-se no fato de que quando a Administração pública delibera sobre a esfera privada do cidadão e quando a lei, mesmo que de forma excepcional, arrola requisitos que podem gerar direitos ou pretensão legítima do cidadão, tal situação, com a máxima vênia, não se trata de mero ato discricionário, uma vez que está elencado na legislação os motivos determinantes que vinculam a análise da autoridade administrativa. Não podendo ela, sob a alegação de discricionariedade, conceder autorização a uns e denegar a outros. Haveria um atentado à isonomia se fosse aberta essa possibilidade. Além disso, o exercício de auto defesa é reconhecido por lei, no art. 25 do Código Penal e no Código Civil, art. 188, inciso I.

Baseado nesses pressupostos acima, a irresignação contida no recurso é possível de análise jurisdicional quanto ao preenchimento, ou não, dos requisitos legais para fins de autorização, ou não, do porte de arma de fogo.

Cabe ressaltar que os requisitos necessários para obtenção do porte de arma de fogo expostos na Lei n.º 10.826/2003,:

"Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I – comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei."

"Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

- I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;*
- II – atender às exigências previstas no art. 4º desta Lei;*
- III – apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente". (grifou-se)*

Da análise do artigo supracitado, percebe-se que o preenchimento dos requisitos constitui **encargo obrigatório** daquele que pretende obter o porte de arma de fogo. Nesse sentido, sendo encargo para o qual o requerente não tem opção senão cumpri-lo, caberá à Administração tão somente a análise adstrita ao cumprimento, ou não, dos requisitos legais impostos, não existindo espaço para qualquer tipo de análise de cunho discricionário, o ato da Administração, nesse caso, é vinculado aos motivos legais, ou seja, deverá ser verificada a implementação, ou não, dos requisitos e nada mais.

Quanto à vinculação do ato administrativo de concessão/renovação do porte de arma de fogo, cabe transcrever trecho da lição de Hely Lopes Meirelles a respeito da conceituação do ato administrativo vinculado, veja-se:

"Atos vinculados – Atos vinculados ou regrados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização. Nessa categoria de atos, as imposições legais absorvem, quase que por completo, a liberdade do administrador, uma vez que sua ação fica adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a validade da atividade administrativa. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia do ato praticado, tornando-se passível de anulação pela própria Administração, ou pelo Judiciário, se assim o requerer o interessado.

*Na prática de tais atos, o Poder Público sujeita-se às indicações legais ou regulamentares e delas não se pode afastar ou desviar sem viciar irremediavelmente a ação administrativa."*¹

Como visto acima, a Administração deverá somente verificar a implementação, ou não, dos requisitos necessários, sem ampliar o rol de exigências, ou mesmo impor requisitos de ordem subjetiva, uma vez que se trata de ato vinculado, ou seja, adstrito aos requisitos previstos em lei.

Desnecessário efetuar maiores considerações, já que público e

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, 21ª edição, Editora RT, São Paulo, fl. 150.
APEL. ADM. PORTE. 5007116-33.2018.4.04.7100.odt





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

notória(art. 374 do CPC), a crescente insegurança decorrente da criminalidade violenta existente no País. Todos os dias os noticiários estão repletos de casos nos quais as vítimas sucumbem indefesas diante da violência; e, de outra banda, a constatação de um Estado inerte e ineficiente na garantia do direito básico e essencial do cidadão que é a segurança à integridade física. Há uma impotência generalizada. Esse é quadro geral e não necessita de matéria probatória.

Especificamente na demanda, junto com a inicial, foram trazidos comprovações no tocante à aptidão técnica e psicológica para o porte de arma. Salientando que o impetrante é proprietário de um revólver há algum tempo.

Considera-se ter trapém trazido a comprovação dos motivos previstos em lei para que lhe fosse concedido o porte de arma. Não possui antecedentes criminais, exercer a advocacia na seara penal, inclusive arrolando casos de advogados que se tornaram vítimas em face do exercício da profissão(Evento 1 – Not/Prop2). Plausível inferir, mormente em relação a um advogado criminalista, que em determinada quadra do exercício da sua profissão possa ele vir a contrariar algum interesse, inclusive do próprio cliente em considerar que a sua atuação não foi a mais efetiva ou quando o profissional efetua, na defesa de alguém, a imputação de autoria a outrem ou celebre algum acordo de colaboração com a justiça, em nome do cliente, prejudicial a interesses de terceiros. Nesse aspecto, quando à possibilidade de risco, em certos estados brasileiros, tem-se notícia inclusive da existência de tabelas de pistolagem para o assassinato de advogados, dentre outros profissionais (políticos, líderes comunitários, comunicadores etc.). Portanto, esse fundamento com base no risco profissional não é desarrazoado e não necessitaria de prova incontestável, na forma do art. 374 do CPC, em que pese a pesquisa efetuado no Google e contida no Evento 1 – Not/Prop2.

Não bastasse a constatação genérica dos risco profissional, no presente caso, o impetrante assevera que há efetiva necessidade do porte de arma de fogo por risco da atividade profissional (advogado), pois, em decorrência de atos inerentes à sua profissão, fica exposto ao convívio com pessoas com antecedentes criminais, bem como necessita frequentar locais que apresentam risco efetivo à sua integridade. De acordo com as provas carreadas aos autos, denota-se que o impetrante já foi alvo de ameaça concreta, conforme demonstra o registro de ocorrência (evento 1 – PROCADM4, pp. 13/14), por meio do qual se verifica expressa ameaça através de xingamento proferido por um desconhecido via aplicativo de mensagens. Quanto à suficiência da ocorrência, que não se presume fraudulenta, não se precisaria chegar ao

APEL. ADM. PORTE. 5007116-33.2018.4.04.7100.odt



Documento eletrônico assinado digitalmente por Jorge Luiz Gasparini da Silva

Procurador Regional da República - Processo: 50071163320184047100

Procuradoria Regional da República - 4ª Região - www.prr4.mpf.mp.br

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 – CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

ponto de o postulante ao porte demonstrar ter sofrido um efetivo atentado contra a sua integridade física.

Portanto, considera-se preenchidos os requisitos legais para a concessão do porte de arma ao recorrente.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** manifesta-se pelo provimento da apelação.

Porto Alegre, 23 de julho de 2018.

